

No mundo da cana-de-açúcar com o lápis na mão:

Trajetórias escolares na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990)

Anderson Silva¹

Resumo: A trajetória de muitas crianças no nordeste brasileiro foi marcada, na década de 1990, pela vida no mundo da cana-de-açúcar, produto que movimentou a economia da região historicamente. Esses espaços eram marcados pela exploração do trabalho, violência e controle patronal sobre a vida de seus trabalhadores e suas famílias. A Usina Bom Jesus, localizada na cidade do Cabo de Santo Agostinho – Pernambuco, exercia esse controle sobre os corpos que ali moravam, trabalhavam e estudavam. Este artigo trabalhará com fontes e resultados construídos na pesquisa de dissertação intitulada *Nem Tão Doce Infância: Educação Escolar para Crianças na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990)*, defendida no ano de 2021 e terá como objetivo analisar, a partir das narrativas orais, como se construiu o cotidiano de crianças que viveram, circularam e estudavam no centro da Usina, refletindo sobre as estratégias de controle e experiências do cotidiano dessas infâncias.

Palavras-chave: Infâncias; Mundo Rural; Cana-de-açúcar; Cotidiano; Escola

Resumen: La trayectoria de muchos niños en el nordeste brasileño fue marcada, en la década de 1990, por la vida en el mundo de la caña de azúcar, producto que movió la economía de la región históricamente. Estos espacios estaban marcados por la explotación del trabajo, la violencia y el control patronal sobre la vida de sus trabajadores y sus familias. La Usina Bom Jesus, localizada en la ciudad de Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco, ejercía ese control sobre los cuerpos que allí vivían, trabajaban y estudiaban. Este artículo trabajará con fuentes y resultados construidos en la investigación de disertación titulada *Nem Tão Doce Infancia: Educación Escolar para Niños en la Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE - 1990)*, defendida en el año 2021 y tendrá como objetivo analizar, a partir de las narrativas orales, como se construyó el cotidiano de niños que vivieron, circularon y estudiaron en el centro de la Usina, reflexionando sobre las estrategias de control y las tácticas de experiencias a diario de esas infancias.

Palabras clave: Infancia; Mundo Rural; Caña de azúcar; A diario; Escuela

En el mundo de la caña de azúcar con el lápiz en la mano: Trayectorias escolares en la Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE - 1990)

¹ Historiador, doutorando em História e mestre em educação, culturas e identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE – silvaarl.hist@gmail.com

Introdução

A cidade do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana de Recife-PE, teve até o século XX sua economia predominantemente marcada pela monocultura da cana-de-açúcar, iniciando a partir das divisões e formações dos primeiros engenhos até a chegada da industrialização no campo com a construção das primeiras usinas adquiridas do Egito, no início do século XIX. As estruturas herdadas dos Engenhos, possibilitou que as usinas formassem uma espécie de sociedades paralelas que possuíam suas próprias leis; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; até sua própria linguagem (EISENBERG, 1977).

A Usina de Açúcar Bom Jesus se insere nesse contexto, possuindo uma vila de operários próxima a sua instalação fabril, onde residia várias famílias de trabalhadores rurais, lugar de circularidade de crianças, brincando, estudando e sendo exploradas no trabalho no corte da cana. Este artigo trabalhará com fontes² e resultados construídos na pesquisa de dissertação intitulada *Nem Tão Doce Infância: Educação Escolar para Crianças na Usina de Açúcar Bom Jesus (Cabo de Santo Agostinho/PE – 1990)*³ e terá como objetivo analisar, a partir das narrativas orais, como se construiu o cotidiano de crianças que viveram, circularam e estudavam no centro da Usina, refletindo sobre suas experiências infantis.

Maria Calazans (1993), especialista em educação rural, destaca que o ensino de maneira regular nas áreas rurais do País surgiram logo após o fim do 2º Império, mas teve sua implantação de maneira ampla a partir da metade do século XX. A monocultura da cana-de-açúcar não necessita de mão de obra especializada, essa demanda surge com a própria evolução das estruturas socio agrárias e dos agrupamentos de trabalhadores que começam a lutar demandando uma política de educação rural, entrando assim nos horizontes da política pública do Brasil.

A educação rural no Brasil começa a ser fator de atenção do Estado a partir de 1930. Getúlio Vargas coloca em prática seu modelo de industrialização do País, com uma proposta de modernização da economia brasileira que causou uma atração da população residente das áreas rurais para os centros urbanos em busca de melhores salários e condições de vida para sua família. no Cabo de Santo Agostinho, o Governo Getúlio financia a construção da Destilaria de Álcool que levou seu nome em 1940, além de proporcionar um ambiente para a

² O nome dos entrevistados, citados neste artigo, são fictícios.

³ Dissertação defendida em 2021 no Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades. Mestrado vinculado entre Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). O trabalho foi orientado pelo professor Humberto da Silva Miranda – UFRPE.

instalação de outras fábricas na cidade, surgindo assim, o Distrito Industrial do Cabo de Santo Agostinho.

Temendo uma migração exponencial para as grandes cidades e o temor das pressões dos grandes latifundiários, Getúlio investe esforços em uma política de educação rural com o objetivo de combater a migração na sua fonte, delegando aos Estados a responsabilidade do sistema educacional, a partir da criação do Ministério da Educação. A primeira proposta se deu em torno do “Ruralismo Pedagógico”, com intuito de fazer o homem do campo compreender a importância da ruralidade na civilização brasileira, reforçando valores para prendê-lo à terra (CALAZANS, 1993).

A classe de usineiros sempre demonstrou desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora, muitas vezes encarando esse desejo como ato de rebeldia. A necessidade de mão-de-obra mais especializada por conta da industrialização do campo, obrigaram, aos detentores do poder, ceder às mudanças, como por exemplo, a presença da escola dentro das terras das usinas e de seus engenhos próximos.

As escolas particulares instaladas dentro dos ambientes das usinas e engenhos no Cabo de Santo Agostinho possibilitaram mais controle, por parte dos donos da terra, na educação do filho de seus funcionários. Porém, é importante observar que essas estruturas particulares funcionavam como uma parceria entre público e privado, conforme relata Sebastiana Salgado, filha da primeira diretora da Escola Dr. João Lopes, aluna da escola e posteriormente Coordenadora Pedagógica e Diretora na década de 1990:

A Prefeitura não mandava em nada nas escolas, eram todas de ensino próprio da Usina, quem pagava o salário dos funcionários era todo da Usina. No início existiam o que chamam de "aliança para o progresso" dos EUA que enviavam merenda, depois veio o MEC a partir da Secretaria de Educação. Não tinha relação com a prefeitura, era diretamente como Estado, DERE (Regional que se guardava a documentação dos alunos), recebíamos visitas das supervisoras para avaliar a escola. [...] a manutenção da escola também ficava sob responsabilidade da Usina (2020).

Esse tipo de parceria entre ente privado (Usineiros) e o público (Secretaria de Educação), demonstra o poder que os usineiros detinham na política local. A condução pedagógica e estrutural das escolas ficava sob sua completa intervenção, cabendo a Prefeitura ou o Estado apenas uma avaliação periódica com foco apenas em números e resultados. Esse poder agia sobre crianças que viviam na usina e estudavam na Escola Dr. João Lopes. Essas

estruturas de poder estão marcadas nas memórias de ex-alunos da Escola, revelando como se refletia essa relação no cotidiano a partir de suas memórias.

Pela janela de casa, o mundo do açúcar

A escola é essencial, era tudo na usina porque a usina é importante para os trabalhadores e a escola não era só importante para os filhos, mas para todos os moradores porque ali na escola era o lugar onde além de ser escola era também o lugar de aconselhamento (CRISTINA PEREIRA, 2020).

Quando olhamos a geografia espacial do centro da Usina de Açúcar Bom Jesus (Figura 01), percebemos que a construção da Escola Dr. João Lopes aparece com bastante destaque no espaço, se localizando na entrada principal da Usina, em frente à antiga casa grande, ao lado da área industrial. A sua construção mostra uma instituição de grande importância para a vila de operários e administração da usina. Como destaca Cristina Pereira, era lugar essencial não só para a educação do filho dos trabalhadores como também para as famílias, colocando a escola como uma estrutura importante no cotidiano no espaço da Usina Bom Jesus.

A família de Cristina Pereira chega na Usina a partir do processo de migração que comumente acontecia entre os espaços rurais “os meus pais eram de um Engenho vizinho chamado Engenho Caja do Sul e meu pai foi trabalhar na Usina Bom Jesus na área rural e depois que casou com a minha mãe eles foram morar lá e ainda hoje continuam morando na Usina Bom Jesus”. Esse tipo de migração é o mais comum na região, proporcionando uma rotatividade da mão de obra entre usinas vizinhas, “segundo mamãe, ela fala que ele era de Gurjaú de baixo, que também é o engenho em Moreno, de lá eles moraram no Engenho Monte, que faz parte da Usina Bom Jesus, onde meu pai trabalhava e depois eles vieram morar na Usina Bom Jesus” (Creuza Maria, 2020).

Essa migração também ocorria de outras Cidades do Estado de Pernambuco, principalmente as que compartilhavam a Indústria Açucareira como principal motor econômico local “os meus avós, é que aliás foram os que me criaram, são originários de Recife mais precisamente da cidade de Afogados. Vieram de lá para a Usina Bom Jesus em função da escassez de emprego na época e conseguiram se instalar” (Renato Alves, 2020). De fato, diferentemente dos empresários das regiões Sudeste e Sul, que buscaram na imigração europeia uma substituição para a mão-de-obra livre de ex escravizados, fortalecidos com um

objetivo eugenista de embranquecimento da população e marginalização do povo preto, então livre. No Nordeste brasileiro foram adotados outros modelos.

O Nordeste não recebeu, como São Paulo, imigrantes europeus e [...] estes não se adaptariam às condições subumanas de trabalho aqui existente [...] havia aquela formidável reserva de mão-de-obra representada pelos moradores que, devido às suas ínfimas condições de vida, à sua ignorância e às condições de trabalho então existentes, facilmente seria absorvida, como foi pela agroindústria do açúcar (ANDRADE, 2005, p. 92).

Essas famílias que chegavam na Usina Bom Jesus só poderiam se instalar a partir das relações de trabalho. A Usina oferecia a moradia gratuitamente enquanto algum membro da família permanecesse em contrato de trabalho, outra prática que se mostrou permanente nas narrativas, era a administração da Usina aproveitar ao máximo possível a mão-de-obra das famílias ali instaladas. Era comum mais de um integrante da família empregado, construindo uma relação entre a família, com a força de trabalho, e a Usina, dona dos meios de produção e de moradia. No centro moravam trabalhadores da área industrial, de logística e transporte, manutenção, serviços gerais e trabalhadores ligados ao corte da cana.

Na minha família trabalhava meu pai, meus tios [...]. A maioria da minha família trabalhava na área rural no corte da cana, a função do meu pai era cambiteiro, que era trabalhar com cavalo retirando as canas de lugares mais difíceis para que os caminhões pudessem passar e levar a cana. Meus tios trabalhavam dentro da caldeira, eles controlavam a máquina que retirava os caminhões e colocavam na esteira para iniciar o processo de produção. Minhas primas trabalhavam no escritório e no laboratório, era uma família que trabalhava em diversas áreas da usina (CRISTINA PEREIRA, 2020).

Na família dos entrevistados encontramos trabalhadores do que, eles próprios caracterizavam como “chão de fábrica”, funções mais comuns e de baixa remuneração: vigilantes, zeladores, empregadas domésticas, motoristas, jardineiros, caldeireiros e auxiliar administrativo. Muitos deles entravam em funções mais simples, como zelador e com o tempo eram admitidos em outras funções de maior remuneração.

Inicialmente meu avô e depois o meu tio Givanildo, depois meu tio Givaldo e logo depois meu tio Gilson. Na época não existiam muitas perspectivas de formação, era muito complicado, parecia muito elitizado, então os meus parentes acabavam entrando a partir de indicações, quase sempre entraram na vaga de zeladores. Já trabalhando na usina as habilidades acabavam sendo descobertas e eles iam se realocando a partir das suas habilidades. Meu avô se manteve como zelador, meu tio Givaldo conseguiu ser auxiliar de caldeiraria, meu outro tio Gilson entrou para trabalhar com a recepção da

cana. Eles ficaram nessas profissões e não se desenvolveram muito dentro da Usina Bom Jesus (RENATO ALVES, 2020).

As áreas rurais de Pernambuco sofreram historicamente com altas taxas de analfabetismo, influenciando diretamente nas funções, remuneração e na própria relação entre trabalhador e empregador. Mas naquele mesmo espaço, também moravam trabalhadores de cargos de maior capital simbólico, como engenheiros agrícolas, gerentes, supervisores e técnicos de manutenção. Essa separação também era representada geograficamente pelas distribuições das casas em ruas segregadas de acordo com a ocupação exercida dos responsáveis na Usina Bom Jesus, construindo *habitus* distintos dos “chãos de fábrica”, essa distinção que começava nas funções, passava pelas remunerações e terminava nas casas na vila dos moradores.

Figura 01 – Centro da Usina Bom Jesus – Vila dos Trabalhadores



Fonte: Google Earth, 2020.

O primeiro ponto de observação dessa relação entre moradia e trabalho, é o fato de que os trabalhadores não pagavam aluguel para a Usina enquanto estivessem trabalhando e caso essa relação de trabalho fosse perdida, a família inteira teria que sair daquele espaço, o que

nos faz caracterizar esse agrupamento de casas como uma Vila de Trabalhadores, “[...]até porque só podia morar próximo da usina quem trabalhava na indústria, por isso tem muita mudança de moradores aqui porque as pessoas eram colocadas para fora e tinha que deixar sua casa” (Marinalva Silva, 2020). Esse tipo de relação se configura como uma poderosa estratégia dos donos de usina para permanecer no controle de seus trabalhadores, tendo-os bem próximo sob sua própria lei. A moradia cedida se tornava inicialmente um objeto de bondade do dono da usina e conseqüentemente um argumento para baixos salários em troca de exaustivas cargas de trabalho.

Esse tipo de relação entre trabalhador e empregador a partir da moradia foi a estratégia utilizada para que os donos de engenho ainda tivessem controle sobre a massa de trabalhadores libertos da escravidão no final do século XIX, esse tipo de enquadramento da força de trabalho só foi possível por conta da permanência do monopólio sobre a terra e a completa ausência de alternativa empregatícia, seja nas áreas rurais ou urbanas.

O escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprouvesse. Transformou-se em assalariado, em “morador de condição” (ANDRADE, 2005, p. 94).

Essas relações de trabalho eram marcadas profundamente para herança escravista, mantendo-se sob o formato de “morada” ou “morador de condição”, garantindo aos donos de engenho a permanência dos trabalhadores rurais nos locais de trabalho, próximo do seu controle e possibilitando novos mecanismos de exploração contínua. Esse tipo de relação da “morada” geralmente se caracterizava pela disponibilização da casa por parte dos empregadores em troca de dias de trabalho no corte da cana, nos dias restantes, que geralmente eram dois por semana, o trabalhador poderia plantar na terra cedida ou trabalhar para o engenho em troca de uma remuneração mínima.

O fim dessa relação de “morada” se deu a partir dos anos de 1960-1970, com Usinas já em pleno funcionamento e as legislações trabalhistas para a população rural, que já demonstravam avanços a partir das intensas mobilizações dos trabalhadores em sindicatos rurais. A partir de então inicia-se um movimento de expulsão e/ou saída dos moradores dos engenhos, que já não toleravam a dinâmica da “morada” na relação de trabalho (SILVA, 2005), mas essas mudanças pouco foram efetivas e como se percebe a partir das narrativas

orais na Usina Bom Jesus, esses resquícios da “morada” ainda continuavam em pleno funcionamento, com estratégias parecidas com o final do século XIX.

Essa nova estratégia, que chamaremos de Vila dos Trabalhadores, se caracterizava pela gratuidade do aluguel e dos estudos dos filhos dos trabalhadores enquanto houvesse alguém trabalhando para a Usina Bom Jesus, porém, o que ficou bastante evidente nas narrativas orais, é a maneira como a administração distribuía as casas, que se mostra bastante presente na memória coletiva dos sujeitos entrevistados. O espaço demonstra um elemento fundamental para entender o cotidiano construído por esses sujeitos, não meramente um palco de suas ações, mas que molda e é moldado a partir das táticas criadas para sobrepor as estratégias de separação e controle construídos pela administração.

Havia uma distinção nas casas para quem trabalhava na parte industrial e no campo. Dependendo da profissão você tinha casa maiores como os chefes e os peões moravam em casas mais humildes. Eu morava numa rua em frente é uma estrebaria, lá moravam pessoas que trabalhavam na usina e pessoas que trabalhavam no campo. Tinha uma rua mais acima, chamada de Rua dos Coqueiros, onde só tinha casa dos chefes (MARIA CLARA, 2020).

[...] dentro dos próprios arrumados existia uma separação entre casas para quem tem cargos melhores e para quem tem um cargo os piores. existia a rua dos empregados, rua do urubu, rua da fuba... todos com distinções para com os funcionários da Usina, refletindo até nas casas onde eles moravam (SEBASTIÃO MELO, 2020).

Conseguimos identificar bem essa arquitetura espacial nas separações de ruas a partir da Figura 01, demonstrando onde os funcionários de maior cargo moravam, com casas maiores e espaçadas, muitos deles com direito a empregada doméstica paga pela Usina, “minha mãe trabalhava de doméstica em casas no Recife e posteriormente conseguiu emprego de empregada doméstica na casa de um alto funcionário da Usina” (Maria Jose, 2020). A senzala do antigo engenho virou moradia e lá era o mais próximo do centro da Usina que um trabalhador “do chão de fábrica” poderia morar. Casas pequenas, coligadas e com péssimas instalações “minha casa era bem próxima da escola, no arruado onde eu morava as casas eram iguais parede com parede, a casa era péssima e nem banheiro dentro tinha” (Nesiane Maria, 2020). Os locais onde os trabalhadores da Usina moravam eram mais distantes do centro fabril, também possuindo sítios, onde além da moradia era possível plantar e/ou criar animais para suplementação da renda familiar.

Experiências escolares na Usina de Açúcar Bom Jesus

O cotidiano dessas crianças que viveram, na década de 1990, na Usina Bom Jesus está marcado por esse espaço, mas todas as ruas davam em um só lugar, a Escola Dr. João Lopes. Espaço onde todos os filhos dos funcionários, independente das funções, que moravam na Usina estudavam. Era nesse espaço que o controle patronal se estendia para os filhos dos trabalhadores e muitas vezes para sua família e é a partir dele que conseguimos perceber as desigualdades educacionais produzidas no interior da Usina Bom Jesus.

A Escola Dr. João Lopes é marcada pela disciplinarização, pelo controle rígido dos alunos dentro e fora da escola. O controle sobre os corpos de crianças que estudavam até a antiga 4ª série se dava desde a entrada na escola.

Quando a gente chegava na escola de manhã tava toda a direção na escola estava esperando a gente no portão, A gente chegava e cumprimentava um por um, e a gente além de cumprimentar com bom dia a gente dava a benção. tinha a Dona Patrícia, que era diretora, Estela e outras professoras... A gente chegava falava com elas, falava com o zelador pra daí a gente ir para a sala de aula (CRISTINA PEREIRA, 2020).

Dona Patrícia ficava na porta da escola esperando todos os alunos entrarem. Ela era muito organizada, queria que todos entrassem fila e cada um os para suas salas. lembro que todos os alunos mais novos antes de entrar abraçava e beijava a diretora Patrícia. Os maiores davam Bom dia entravam e os menores abraçavam e beijavam dona Patrícia (MARIA CLARA, 2020).

Esse cotidiano escolar marcado pelo controle e disciplina sempre está relacionada a figura da diretora da Escola Patrícia, nas narrativas orais. Responsável pela Escola desde a década de 1960, Patrícia já era uma senhora na década de 1990 e sua relação com a administração da Usina Bom Jesus era de total confiança. Logo se percebe que a Escola se torna a segunda estrutura de poder sobre aquela população, abaixo apenas do poder patronal da Usina. Nas entrevistas com homens, a palavra ‘militar’ foi referenciada para descrever a série de intervenções exercidas pela diretora, o fator para esse tipo de analogia, refere-se à experiência que todos tiveram ao passar pelo alistamento militar obrigatório posteriormente, trazendo então nas suas memórias similitudes entre as práticas vivenciadas em momentos distintos da vida.

A escola tinha muitos aspectos de uma escola militar, porque eles olhavam por exemplo, a nossa farda era branca com azul e a fada teria que estar impecável, nosso sapato era o kichute todo limpinho, com meia preta e uma calça jeans, nos menores o short azul. Isolar você as unhas estavam cortadas,

olhava o seu cabelo estava bem arrumado, olhavam se tinha piolho [...] (SEBASTIÃO MELO, 2020).

Essa rigidez e autoridade não eram percebidas quando se falava das professoras, por ser a escola central da Usina, cada professora ficava responsável por uma única turma, estabelecendo uma relação mais próxima com os alunos e o desenvolvimento da aprendizagem se tornava mais efetiva. Muitas professoras eram moradoras da Usina, haviam estudado na Escola Dr. João Lopes, fizeram magistratura no centro do Cabo de Santo Agostinho, muitas vezes financiadas pela própria Usina e voltavam para trabalhar na Escola. Essa relação entre antes aluna, agora professora, pode ser o fator determinante para essa diferenciação na relação com os alunos.

Naquela época tudo era muito organizado, muito certinho. Lembro das professoras que eram muito carinhosas, muito pacientes, elas lidavam com muitos tipos de crianças na escola, [...] lembro que as professoras tinham uma dedicação especial aqueles alunos que têm uma dificuldade familiares, não mostrando o diferenciando, mas tratando com mais carinho mais atenção (MARIA CLARA, 2020).

As professoras também desempenhavam o papel de atenuar as desigualdades existentes naquele espaço, tendo todos os filhos dos funcionários da Usina estudando juntos, essas desigualdades dentro das desigualdades só se tornam perceptíveis a partir das narrativas orais de alunos, sendo invisibilizadas nas documentações oficiais da Escola.

Algumas crianças só se alimentavam na escola, as classes sociais dentro da escola eram bem diferentes, mas a professora não diferenciava o trato entre todos. [...] lembro muito que as professoras faziam reciclagem de livros, elas pediam para a gente escrever de lápis e depois a gente trocava entre os alunos. eu mesmo já troquei livros porque minha família não tinha condições de sempre comprar livros novos. Teve um período que a Usina oferecia todos os materiais, mas tem um período que ela passou por dificuldades financeiras e não conseguiram dar os livros (MARIA CLARA, 2020).

Essas desigualdades também se evidenciavam na relação entre os alunos e novamente percebemos a importância das professoras em tentar fazer com que o ambiente escolar, mesmo conectado a essas desigualdades, não seja um espaço de reprodução e disputa, como evidenciamos nesse relato de uma das alunas da Escola.

[...] no meu caso eu sempre tive relação boa com todos, apesar que assim, aqueles alunos que tinham os pais com cargos melhores, eles ficavam um pouco afastado! Porque a condição deles era um pouco melhor do que aqueles que eram filhos dos trabalhadores do campo. Mas a escola também, eu lembro de uma época e duas coleguinhas estava brigando e uma falou

para a outra: - você não pode brincar comigo porque seu pai é pobre, seu pai cortador de cana! e aí eu lembro que a professora veio, chamou essa criança na sala e depois falou para todos os alunos que não admitia esse tipo de comportamento, e todos ali eram seres humanos e precisavam estudar e ela não aceitava essa diferença entre filhos de Trabalhadores de setores diferentes (CRISTINA PEREIRA, 2020).

Outro papel importante dentro da estratégia da Escola de controle sobre aquelas crianças era a iniciação religiosa. Conforme a Figura 01, percebemos a construção de uma Igreja da religião católica no espaço geográfico da Usina, essa relação entre usineiros e a religião católica é marca histórica que remete aos primeiros donos de engenho portugueses que chegaram no Brasil com sua religião, doando grandes quantias de dinheiro para a Igreja e construindo suas próprias para demonstração de devoção (SILVA, 2005). Fazia parte do dia a dia escolar práticas religiosas, “a professora entrava e iniciar a aula com oração, já que a escola era uma escola católica. Então nós rezávamos em seguida nós cantávamos o hino nacional com a mão no peito e não podíamos fazer diferente disso” (Renato Alves, 2020). Essas práticas eram estendidas para as professoras, integrando suas atividades, como nos declara Maria Josefa, que morou, estudou e foi professora até 1987 na Escola Dr. João Lopes “A gente fazia o papel de professora e de catequiza, porque era uma escola católica, a gente preparava para a 1ª comunhão, passava a responsabilidade da Igreja, os “noiteiros” do mês de maio, as missas quinzenais eram responsabilidades da gente”.

Essa forte ligação com a religiosidade da Escola não ficava apenas restrita ao ambiente escolar, a principal festividade da Usina, na qual a Escola tinha um papel importante, era ligada à Igreja Católica. A “Missa da Butada” era uma festividade católica que marcava o início da moagem da cana-de-açúcar e, como maior festividade dentro do ambiente da Usina, está marcada na memória coletiva dos alunos que participaram muitas vezes da festa enquanto filho de trabalhadores.

[...] essa missa era marcada pelo início da moagem da cana-de-açúcar, o padre dava a bênção para que fosse iniciada a moagem. Os alunos iam fardados, cantavam o hino nacional e participavam ativamente desse processo. tudo isso no pátio da usina! Nesse dia era liberado para que, se os pais quisessem, poderiam levar seus filhos para visitar o setor em que eles trabalhavam dentro da Usina. Essa atividade só acontecia nesse dia, como um dia festivo. Porque a gente se arrumava e participava da missa e podia ver onde nosso pai trabalhava! Tinha algumas áreas que as crianças não podiam entrar, porque era perigoso, a parte da moenda. Já os outros setores como a desfilaria, o escritório, o pátio, o tráfego, o laboratório industrial,

laboratório de sacarose, as crianças que quisessem ver poderiam (MARIA CLARA, 2020).

A “Missa da Butada” não era a única festividade que ocorria na Escola, mas era a que mais agradava aos alunos. Algo que marcou essa festividade para além da questão religiosa era a oportunidade de conhecer o local de trabalho dos pais. Ocorrendo a cada safra, fazia com que aquelas crianças se familiarizassem e passassem não só a gostar, como também a almejar participar daquele espaço, principalmente se essa participação se desse ao lado de seus familiares e responsáveis.

A relação entre escola e as famílias não se limitava apenas as festividades, como a “Missa da Butada”, essa relação era de extrema proximidade, principalmente pelo poder que a Usina tinha sobre os trabalhadores, logo, negligenciar a escola poderia se tornar um problema dentro da administração da usina para qualquer trabalhador, “Na Escola, quando acontecia reunião de pais, lotava o salão da escola. Era uma relação de confiança e de respeito pela escola, pela direção e pelos professores” (Maria Josefa, 2020). O principal assunto tratado com os responsáveis, além do desempenho escolar, era a higiene dos alunos. A intervenção sobre os corpos era presente, havia um padrão a ser seguido e qualquer desvio era prontamente informada aos responsáveis, com exigência para a sua regularização. Aquelas famílias que, por conta da baixa remuneração e/ou número grande de membros familiares, a escola também exercia o papel de ajuda filantrópica em determinadas ocasiões.

Lembro que na época existia um bom diálogo entre a escola e os pais, os boletins eram entregues diretamente a eles, qualquer mau desempenho os pais eram chamados na escola. Elas falaram muito sobre a questão da higiene, enviar revisão de cabeça e de unhas para que elas tivessem sempre limpas e cortadas. muitas famílias não se importavam com a higiene, a escola sempre tinha um diálogo para cuidado com a higiene das crianças, era algo muito presente e muito firme na atuação da escola junto com os pais. Muitas vezes a diretora chamava os pais justamente para falar sobre a higiene e seus filhos, pedindo que olhasse mais atentamente a cabeça por conta dos piolhos, o cuidado com as mãos com as unhas porque isso poderia causar doenças. Muitos pais não tinham condições e a escola fornecia inclusive o remédio para o tratamento de piolho (MARIA CLARA, 2020).

Quando trabalhamos com narrativas orais, a percepção do pesquisador sobre os silêncios deve ser presente, nele também encontramos respostas, inquietações e perguntas (GUIMARÃES, 2011). Durante as entrevistas, quando o assunto era a Escola Dr. João Lopes e suas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, duas questões despertaram interessante a

partir do silêncio e das inquietações dos entrevistados quando falavam sobre o brincar e as punições na escola.

[...] minha mãe era muito chamada na escola porque eu era uma criança bem ativa, como a gente era criada muito solta acabamos tendo esse tipo de comportamento que dentro da escola se tornava algo problemático a diretora sempre chamava os pais para conversar sobre as crianças que eram mais ativas eram mais agitadas como eu (MARIA CLARA, 2020).

As crianças impõem suas infâncias a partir de táticas, buscando fissuras na estratégia escolar de disciplina e controle, o que necessariamente incorria na resistência da administração da escola a partir das punições (CERTEAU, 2014). Primeiramente a escola proibiu o brincar dentro da instituição, o que vai gerar comportamentos imediatamente reprimidos a partir de uma série de punições.

Para criança existia o pátio para brincar na escola no intervalo, quando eu estudava lá a gente brincava nesse pátio. Até um dia que uma criança se machucou no intervalo aí a diretora proibiu o brincar no pátio aí a gente lanchava na sala e às vezes a gente conseguia brincar também dentro da sala (MARINALVA SILVA, 2020).

A gente não tinha recreio, tinha o horário da merenda depois das primeiras aulas, depois de um horário de segunda às aulas e aí depois da aula, tinha todo um sermão de Dona Patrícia falando sobre a roupa o cabelo as unhas do material era algo diário (CRISTINA PEREIRA, 2020).

O intervalo era o momento do brincar, principalmente no grande pátio que existia na escola, mas a partir da proibição, virou um momento apenas de alimentação entre os alunos, “escola e o pátio e a minha lembrança era que a hora do intervalo era hora da merenda, a gente era obrigado a merendar e depois dessa merenda em alguns minutos, mas não tinha espaço para brincadeira” (Sebastião Melo, 2020).

Diante de um contexto de tamanha intervenção sobre os corpos, mentalidades e religiosidade dessas infâncias, era preciso que a administração da escola, exercesse sobre as táticas de resistência dessas crianças, uma série de punições e essas são marcas presentes nas memórias desses sujeitos. Ajoelhar no milho, régua nas mãos, ficar em pé com o rosto colado na parede, permanecer na escola após o horário de largada são alguns dos vários tipos de punições descritos pelos entrevistados, porém, uma chamou bastante atenção, era chamado de quarto escuro.

[...] outra coisa que eu lembro bem era um quarto escuro e Dona Patrícia que todo mundo tinha medo dele. Minha professora sempre dizia que não se comportar-se bem e o quarto escuro, a gente tremia de medo. Todo mundo achava que tinha uma caveira lá, era tipo um quarto dos horrores! [...] A gente não se sentia confortável de fazer o que a gente queria fazer, a gente via uma rigidez dentro daquele ambiente ali, um tanto que opressor né porque eu perdi as vezes que a gente ficava com medo de fazer qualquer coisa e ser punido. O quarto escuro era uma maneira de amedrontar muito a gente, todo mundo tinha medo de falar, desobedecer, brincar ou de brigar e ser colocado lá, ou então que chamassem nossos pais (Sebastião Melo, 2020).

Tinha também um quarto escuro, que dentro tinha um esqueleto, aí ficava tudo escuro, as professoras ameaçavam gente, que se a gente passasse dos limites ia para essa sala! era a coisa mais temida da escola. A gente morria de medo dessa sala (MARIA JOSE, 2020).

O quarto escuro era uma das exitosas ferramentas de amedrontamento e terror para os alunos da Escola Dr. João Lopes que descumprisse o cotidiano rígido escolar produzido e supervisionado pela diretora Patrícia, como mecanismo de combate as táticas de resistências que as crianças buscavam para viver suas infâncias no espaço escolar.

Por entre as fileiras da “cana”: O cotidiano de crianças no espaço da Usina Bom Jesus

Se na Escola o cotidiano era marcado por essas práticas, restava então a essas crianças viverem suas infâncias e construir seu cotidiano nos espaços da própria Usina Bom Jesus nos períodos em que não estivessem na Escola. Fora do ambiente escolar, as crianças construía seu cotidiano a partir da circularidade nos espaços da Usina, que apesar de imensa, não disponibilizava nenhum espaço de lazer para os filhos de seus trabalhadores, “o único espaço de lazer da usina era um campo de futebol, mas eu não frequentava muito porque era mais para os adultos” (Maria Jose, 2020). Mas a circularidade também fornecia possibilidades de táticas para essas crianças, principalmente relacionadas ao brincar.

[...] na usina também não tinha espaço de lazer não, a gente que era criança que acaba criando nossos espaços de lazer, fazendo balanços em pé de manga, mas espaços de lazer não havia na Usina, não parecia ser uma preocupação do dono da Usina (Sebastião Melo, 2020).

Os espaços possíveis de viver a infância e brincar eram as ruas da vila dos trabalhadores ou a busca por outros espaços a partir da circularidade exercida por esses sujeitos no território da Usina Bom Jesus. “A gente brincava muito na frente de casa, eu morava na rua da Graviola. e a gente brincava de pião, bola de gude, amarelinha, sempre na frente de casa” (Renato Alves, 2020). Sempre buscando mecanismos de sobrepor as poucas condições financeiras para compra de brinquedos de suas famílias e aproveitando a oportunidade de circular no território.

Eu brincava na rua, os meus vizinhos e com os meus amigos, Ali a gente brincava a gente tinha um espaço que pudesse brincar, correr, ou então ia até a casa de um colega brincar. [...] eu sempre com as minhas primas e alguns colegas, eu não tenho bicicleta porque meus pais não tinham condições, mas os que tinham a gente se reunia e cada um dava uma volta tá pela usina... Andava pelo campo, pelo barracão, pela igreja... era muito tranquilo (Ibid.).

A palavra “liberdade” se mostrou constante quando os sujeitos entrevistados refletiam sobre o período fora da escola, a possibilidade de circular pela Usina livremente e sem medos é algo muito presente nas narrativas orais. “A gente andava a usina toda, a gente pescava, a gente nadava, a gente andava de cavalo, lembro que eu e minhas também estudaram lá, a gente ia para o mato pegar frutas, encontrávamos caçadores, pessoas do engenho e isso não era um problema” (Maria Clara, 2020). Era um espaço entendido como seguro, sem medos ou preocupações, muitas crianças ficavam o período fora da escola sozinhos sem seus responsáveis, acompanhados pela mãe ou vizinhos.

Naquela época a gente se sentia bastante livre para circular pela Usina, a gente andava circulava não tinha medo de nada. só não podíamos entrar na parte industrial da usina, mas no resto, a sempre tinha essa liberdade. Lembro que a noite a gente ficava brincando na frente do arrolado junto com outras crianças, a gente brincava de se esconder no meio do mato à noite, era outro momento. A gente não tinha liberdade só de circular pela usina, a gente também tinha liberdade de circular pelos engenhos que fazem parte da usina, a gente saía e ia fazer visita a outras famílias de outros engenhos, sem nenhum medo (Ibid.).

A grande maioria das brincadeiras citadas nas narrativas orais tem como principal característica a atividade física, era a tática utilizada pelas crianças para driblar a falta de condições financeiras de suas famílias de comprar brinquedos e jogos, até porque “não tinha televisão não tinha muitos outros meios de se entreter, televisão mesmo só uma vizinha tinha na rua toda, muito iam para casa dela, outros ficavam da janela assistindo uma novela” (Marinalva Silva, 2020). Banho de rio, visita a engenhos e sítios próximos, ida aos canaviais

para chupar cana-de-açúcar, banho de açude, passeios de bicicleta, balanços construídos em árvores, carrinhos de rolimã, pega-pega, pula corda, pião e bola de gude foram levantadas a partir da análise das narrativas, todas brincadeiras que estimulavam o exercício físico e necessitava de pouco ou nenhum aporte financeiro para sua realização.

A história de cada um desses agentes, nos mostra que, frente aos sistemas de disciplina, existe a indisciplina, frente aos mecanismos de ordem, existe a desordem e frente as estratégias de controle, existe a busca pela liberdade (MIRANDA, 2018, p. 06).

Outro ponto de silêncio e inquietação nas entrevistas foi a temática do trabalho, inicialmente todos os sujeitos entrevistados negaram qualquer tipo de exploração do trabalho existentes na Usina Bom Jesus durante suas infâncias, com respostas curtas e evasivas, “não me lembro de ter casos de trabalho quando era criança, até porque principalmente na indústria, você só entra se você tiver um crachá de trabalhador” (Marinalva Silva, 2020). Porém, com a continuidade das entrevistas, alguns sujeitos relataram atividades que exerciam, reforçando que essas atividades eram realizadas após o horário escolar.

[...] aos 08 anos eu comecei a tomar conta da minha casa porque minha mãe começou a trabalhar nessa casa dos altos funcionários da usina, aí eu ia para escola e quando eu voltava ia tomar conta da casa e do meu irmão. Fazia todo serviço doméstico de casa! É comum que todas as filhas cuidassem de casa, cuidava dos irmãos mais novos, ajudar em casa! Os meninos já ajudavam mais na agricultura que alguns pais tinham plantações no terreiro de casa ou retirar lenha da mata porque o fogão era de lenha na época, as meninas também vão muito para o rio lavar roupa, lavar prato, as meninas também vão para cacimba buscar água para casa, os meninos carregavam os carros de água para levar para as casas (Ibid.).

Neste relato conseguimos perceber uma diferenciação de gênero nas atividades exercidas por esses sujeitos. As meninas exerciam atividades domésticas enquanto os meninos exerciam atividades ligada à agricultura ou, nos casos de exploração, no trabalho relacionado ao corte da cana-de-açúcar. A Cristina Pereira era a mais próxima de uma situação de exploração ou necessidade do trabalho entrevistadas, apesar de ter assegurada a possibilidade de frequentar a Escola Dr. João Lopes, concluindo todo seu ensino, seu pai era trabalhador rural, na função de cambiteiro⁴, que contava com baixa remuneração, o que refletia em péssimas condições de vida para sua família.

⁴ Era a atividade de coletar canas em locais de difícil acesso e levar até as estradas onde os caminhões poderiam recolher e transportar até o centro da Usina para a moagem.

também tem uns momentos que não eram tão bons, como meu pai trabalhador rural e só ele trabalhava as dificuldades eram [...] [...] a gente não tinha condições de comprar uma roupa melhor, um calçado melhor e hoje em dia a gente tem mais facilidade. Também questão de alimentação nunca passamos fome, mas às vezes a gente tinha uma necessidade maior, A renda mensal do meu pai não era suficiente para trazer tudo aquilo que precisávamos (2020).

Essa dificuldade financeira fez com que o seu pai buscasse outros meios de complemento na renda familiar, “meu pai além de trabalhar na usina exercia também a função de agricultor a gente plantava macaxeira, milho, feijão maxixe, quiabo e também pescava. Essas coisinhas que ajudavam no complemento. Minha mãe criava galinhas e pescava, tudo isso ajudava na nossa alimentação” (Ibid.). Quando perguntada se, para ajudar a família, precisou trabalhar, descreve:

não, na minha época as crianças não trabalhavam, poderia se dizer que as crianças trabalhavam assim... se os pais tivessem uma plantação as crianças estariam ali juntas ajudando, junto com os pais. Mas para sair para trabalhar na usina não, eles só trabalhavam na maioridade. Eu não me lembro na minha idade criança trabalhar no campo não, até porque também a escola e a gestão da escola e o Doutor João Lopes era muito rígido para os Pais terem compromisso de colocar os filhos na escola para evitar tá no campo. [...] no meu caso mesmo, fui várias vezes com os meus pais para plantação, mas meus pais não me faziam trabalhar, eu ficava encarregada de cuidar da água, pega o nosso lanche, ajuda aqui com isso, mas trabalhar no pesado, na roça eu nunca trabalhei (Ibid.).

Na década de 1990 muitas crianças e adolescentes foram vítimas de exploração do trabalho dentro das Usinas de Açúcar, inclusive na Usina Bom Jesus. Essas infâncias não possuíam o direito a educação e a proteção ao trabalho garantidos e se diferenciavam diretamente dessas infâncias que se localizavam próximas aos centros industriais e administrativos das usinas.

As crianças que estudavam na Escola Dr. João Lopes, dificilmente tinham contato com famílias e crianças de engenhos distantes, que tinham predominantemente a atividade ligada ao corte da cana (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999). Atividade essa de menor remuneração dentro da atividade açucareira e que se torna um espaço de utilização massiva de crianças e adolescentes em exploração do trabalho. Essa diferenciação nos demonstra a existência de desigualdades no interior das desigualdades no espaço da Usina, onde infâncias sofriam diferentes graus de violações e tinham suas vidas completamente marcadas pelo mundo do açúcar.

Conclusão

A partir da análise das narrativas orais, percebemos como crianças experienciaram sua infância no espaço rural, imersas em um ambiente marcado pela cultura da cana-de-açúcar, historicamente marcada pelo latifúndio, escravização de pretos vindos do continente africano. Processo que deixou marcas de exploração e controle sobre os corpos e as mentes de quem lhes forneciam a mão-de-obra numa cultura produtiva que foi por muito tempo a principal fonte econômica do Brasil.

A partir das narrativas orais de crianças que viveram no espaço do centro da Usina em 1990, entendemos a construção do cotidiano de crianças que viviam, circulavam e estudavam naquele espaço. Essas crianças viviam um contexto de desigualdade e pobreza, mas, por conta de fatores relacionados ao espaço onde moravam e o trabalho de seus responsáveis, ligadas à área industrial da Usina, experienciaram uma infância de pobreza, mas de acesso e permanência escolar, permitindo o desenvolvimento educacional dessas infâncias. Concluímos que essas “infâncias dentro da escola”, também tiveram a oportunidade de viver uma infância a partir da possibilidade de circulação no espaço da Usina Bom Jesus, promovendo o brincar e experiências com o território como um espaço de construção de subjetividades, como nos ajuda a pensar a geografia da infância.

Entendemos que a Escola Dr. João Lopes, localizada no centro da Usina Bom Jesus, funcionava como uma das estruturas estruturantes de poder e produção de desigualdades dentro da Usina Bom Jesus, apesar de não haver interferência direta da administração da Usina, a equipe que dirigia a Escola possuía práticas extremamente de acordo com a lógica de funcionamento daquele espaço. A Escola era um espaço de disciplina e punição, onde crianças tinham acesso a uma educação, mas eram constantemente impedidas de viver sua infância dentro do ambiente escolar, e para isso, um conjunto de punições eram aplicadas aquelas crianças que se utilizavam de táticas para burlar a forma disciplinarização que ocorria naquele espaço.

Era na escola também que as infâncias eram iniciadas religiosamente e a partir de festividades ligadas ao trabalho, também experienciavam os ofícios da Usina desde a infância, concluímos assim, que essas estratégias são visando uma educação para o trabalho, onde crianças eram alfabetizadas e constantemente integradas ao ambiente de trabalho da Usina. Isso demonstra ao perceber, a partir das narrativas orais, que todos os entrevistados desta pesquisa, quando adultos, trabalharam em alguma função dentro da Usina Bom Jesus.

Referências

- Entrevista com Maria Clara. [set. 2020]. Gravação. VLC [46 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Cristina Pereira. [set. 2020]. Gravação. VLC [45 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Sebastiana Salgado. [abr. 2021]. Gravação. VLC [70 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Creuza Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [44 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Maria Jose. [set. 2020]. Gravação. VLC [31 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Marinalva silva. [out. 2020]. Gravação. VLC [35 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Renato Alves. [set. 2020]. Gravação. VLC [33 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Nesiane Maria. [set. 2020]. Gravação. VLC [28 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- Entrevista com Sebastião Melo. [out. 2020]. Gravação. VLC [39 min.]. Entrevistador: Anderson Silva. Cabo de Santo Agostinho, 2020.
- ANDRADE, M. C. De O. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. [S.l.]: Cortez Editora, 2005.
- CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural. Traços de uma trajetória. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993, p. 262.
- CERTEAU, M. De. **Invenção do cotidiano Vol. 1: Artes de fazer: Volume 1**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- DOURADO, A.; DABAT, C. P. Y. R.; ARAÚJO, T. C. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. *Em*: PRIORE, M. D. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 1. ed. [S.l.]: Editora Contexto, 1999.
- EISENBERG, P. L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910**. Campinas: Editora Paz e Terra, 1977.
- GUIMARÃES, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: Questões metodológicas. *Em*: LAVERDI, R. *et al.* (Org.). **História Oral Desigualdades e Diferenças**. Recife: Editora da UFPE, 2011, p. 15–37.
- MIRANDA, H. Da S. Crianças no mundo do trabalho adulto: a História de Grilo e as memórias de infâncias perdidas (Recife, 1920-1930). **História Unicap**, 1 dez. 2018. v. 5, n. 9, p. 146. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1167>>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- SILVA, G. G. Da. **Engenho e arquitetura**. 2a. ed. ed. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.

Enviado: 31 de janeiro de 2023

Aprovado: 15 de agosto de 2023